

21/02/92

obras do GID. Absorveram o FEF. No entanto não pode pensar
 que o corpo social comunica extensivamente sobre as contas
 e contam-nos e comunicar vai necessitar de fazer explicações.
 Diz-me que de tais em tais horas estás a ser feitas audições
 financeiras pelo CCRA e estás favorecido, tal vez é evitável.
 Ele próprio não estás contente com o que não se fez - mas a
 situação é grave e tem tendência a espiralar-se. Só pelo CDRM
 do bairro fomos exigir necessários cinco mil contos, para
 além de ouze mil e duzentos contos em revisão das facturas.
 Fez e votou em conjunto os Planos de Actividades
 e dos Documentos para mil novos empregos e dali
 foram os díaz documentos aprovados com três votos a favor
 e onze abstenções.

Fomos feitas declarações de voto do PSD e do CDU. O
 deputado António Teixeira justificou a abstenção do seu grupo
 por entender que sete, no mínimo, pediram, inviabilizar
 estes documentos necessários à actividade municipal.

O deputado Silviano Montaner justificou a abstenção do CDU.
 Por idéias de razão mas também por entender que certas
 ambiguidades no plano exposto, por operar de filosofia de
 gestão exposta pelo Presidente nas diferentes sessões da Assembleia, tal não desrespeite nos documentos finais que pecem
 por falta de imaginação e uma repetição excessiva de obras
 que não realizam em edição sistematicamente.

Não mais havendo a razão de não encerrá-lo e lessado,
 de que a levar a acto que é hora para a assinatura:

José António Lobo F.

Um vinte e um da noite de fermeiros de mil novos empregos e
 e dali dezenas milhares de vinte e uma horas a festejar Sessão
 Ordinária da Assembleia Municipal de Alter do Chão com a se-
 quinte Ordem de Sessões:

Tomar - Alteração do Regimento da Assembleia Municipal
 designado - Votação do Presidente da Junta de Freguesia em

21/02/92

Congresso de Associação Nacional de Municipios no final.

Tercero - Análise e votação do Projeto de Texto e Licença

Quarto - Análise e votação do Regulamento para fiscal e licença

Quinto - Análise e votação do Regulamento sobre Manutenção de Publicidade

Sexto - Análise e votação do Regulamento de Serviços Prolongados

Sétimo - Análise e votação da Proposta de Desclassificação das Entidades Nacionais três dias more.

Foi feita a chamada constitucional da falta da deputado José Eduardo e Pedro Genaro.

O Presidente da Mesa fez de seguida a leitura da Constituição. Foi feita logo após a leitura da acta do dia vés de Dezembro de novembro e um. Votada, foi a mesma aprovada por maioria com três abstenções. O deputado José Afonso fez declaração de voto justificando a sua abstenção pelo facto de estar ausente.

Foi feita ainda a leitura da acta da Sessão de vinte de Dezembro de novembro e um que, após votada, foi aprovada por maioria com três abstenções.

O Presidente da Mesa fez considerar da Assembleia um voto de Pesar pela morte da mãe do deputado José Eduardo Montaner que, votado, foi aprovado por unanimidade.

Logo após lhe um ofício do Executivo Estado de Mato Grosso do Sul, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia, onde se solicitava a inclusão na Ordem de Trabalhos para esta Sessão, do pedido de autorização para a Constituição do Parecer da Benção do Zumbijs por administrador direto e fazer aquisição dos pertinentes bens e implementos de hach hidrográficais de interesse Boliviense.

Em relação a este pedido não dando o voto o mesmo feito por de todos os que estabeleceram na Lei e no Regulamento da Assembleia devendo ser a total impossibilidade de inclui-lo na Ordem de Trabalhos. Para discussão do mesmo propôs como alternativa a realização de uma Sessão extraordinária.

21/02/22

Pediu à polícia o Presidente da Câmara para dar alguns esclarecimentos acerca deste pedido que, reconheceu, pede-se. Ao al-
gum dos interlocutores, começando por referir que, o que lhe
disse não é certo, foi que diz ser admissível fazer zo
deliberativo o problema de aquisição dos bens. Ele con-
cluiu daí, que, é ser apurado um dos pedidos, também
o outro tema de o ser. Disse ainda que terá sido
feito um despacho no corpo do ofício, pelo seu nome. Pres-
idente da Câmara que o levou a interrogar-se se o mesmo
seria legítimo ou não cabimento. Concluiu restando à
Assembleia fazer as suas informações escritas onde, no ju-
nino Ponto, constava o anúncio de esclarecimentos sobre
a origem dos bens.

A Presidente da Câmara confirmou que, em relação ao pedido de
contas das finanças, terá dito que sim. Consultou entretanto
a A.N.M.P. e foi informada que não poderia incluir nem
nem outro dos pedidos, pelo que o não fez.

O Deputado António pediu à polícia considerando que pode ser
posto a consideração da Assembleia a inclusão ou não dos
pedidos feitos pela Câmara devido ao carácter de urgência
dos mesmos.

O Presidente da Câmara respondeu-si zendo zo ato feito
pelo Presidente da Mesa da Assembleia, disse que o mesmo
estaria correcto e no despatcho contaria que, por motivos
legais não poderia o pedido feito contra da Ordem de
Finsultos. Em entretanto a acto da Câmara onde foram feitas
essas aquisições e voltado por unanimidade, onde o Executivo
houvesse no Antigo dízimo stato - Alínea e), concluiu que
era legítimo e abordagem pela Assembleia do pedido
efetuado pela Câmara.

O Presidente da Câmara recordou que não se beneficiaram os
cooperados os factos e confirmou a sua insatisfação de ser
concedida uma sessão extraordinária para o efeito.

O deputado José Francisco pediu a palavra para esclarecer
a impossibilidade de vez os bens da Câmara incluir na

21/02/92

Ordem de Trabalhos o pedido feito pela Câmara. Sobre
as questões do parecer referiu que alguém deputado
pode pedir, à luz do Regulamento, da lei, portanto,
todos os deputados que julgue necessário fazê-lo e esclarecer.
Concluiu dizendo que é mais uma vez aprovado não discussão
ou votar este pedido, o facto de não estar a Assembleia
unida, de todos a dizer considerar suficiente.

O deputado Carita pediu a palavra, comandando por
perguntar à Câmara o porque de tanta virginia
agora, quando em anterior sessão foi o Presidente
enfrontado com esta situação pelo Deputado José
Ferreira. Na altura, segundo disse, requirou-se o
mesmo habilmente a uma resposta directa ab-
gumentando com a necessidade de não perder as
obras, dizendo que tudo está sendo feito pela
C.C.B.A. que, até agora, nenhum problema levantou.
Pensa que a discussão e votação do pedido do Execu-
tivo é fora de tempo e muita honraria algo de
menor clero ou de irreverenciável pois sobre a faze-
gem do Zambujão nada foi claro, até agora.

O Doutor Vaiinho pediu a palavra comandando por
referir que embora a Assembleia seja soberana não
pode ultrapassar a lei. Aí lug da lei do Regulamen-
to a sua opinião como jurista é de que o
Artigo 16 - Alínea F, nada dig que resulta numa
possibilidade de satisfazer o pedido feito pelo Execu-
tivo, quando na alínea b do mesmo artigo 16º se
avalia claramente a uma antecedência mínima
de dez dias para convocar e tornar pública a
hora, o lugar e a ordem de trabalhos da sessão.

A Presidente da mesa após alguma discussão sobre
a data, mais propicia foi a votação da Assembleia
a proposta de um Sessão Extraordinária para
dia vinte e oito de Fevereiro dado que a Docu-
mentação já estava neste momento. Votada, foi

21/02/92

a mesma aprovada por unanimidade.

Ta no período de perguntar ao Executivo o deputado José Afonso quis saber o porquê da quase inexistência de espaço entre as sepulturas no Cemitério, se é verdade que se planeia a ida a França do Doral Polifônico, quais as medidas tomadas pelo executivo relativas à saúde um Alter e o que foi decidido na reunião com a C.G.D sobre o Totel.

O Presidente da Assembleia informou a Assembleia que o segundo ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Distrital é sobre a saúde e perguntou ao Senhor Presidente se têm sido com base em empréstimos que se chega até agora a 91% da percentagem na realização das obras OID/XA.

O Deputado Antero perguntou qual a situação sobre a nova sinalização prevista.

O Presidente da Câmara respondeu às perguntas. Do cemitério disseram que as obras entregues ao S.T.O tendo sido feito um estudo anterior baseado em exemplos feitos pelo Engenheiro Venâncio.

É verdade que o Grupo Polifônico de Alter planeia uma ida a França. Após discussão da Câmara de não ceder o autocarro embora lomparcipe com uma verba a definir, o Doral procura financiamento para a viagem.

O Totel referiu existirem apenas dificuldades judiciais pois existem já interessados.

Da Saúde referiu a complexidade do problema dando conta apenas do contacto com o Doutor Bacharel.

Tara obriar a falta de água informou da intenção da Câmara de injetar na rede 1000 litros/minuto e cinco mil litros/hora precisos vindos do Lago que, após análise foi considerada boa para consumo.

O único óbice neste momento, disse, foi a Sabota-

21/02/92

gum feita na nascenti, onde meteram uma pedra que impedi a entrada em condições do tubo. — Do financiamento para as obras OIP resultem em grande parte as dificuldades financeiras que atraíram. Pensa que se a luta da A.X.M.P em referência ao F.E.F resultar, tal situação melhore substancialmente mais ainda porque têm empregue bem as verbas vindas dos programas comunitários. Disse do trânsito estar para breve o inicio dos trabalhos.

A Presidente da Rusa, a propósito do F.E.F e da discussão do Orçamento do Estado para nouenta e dois reuniu que a ser aprovado esti se irão encarar dificuldades ainda maiores ás já marcas, se os encantos e quatro milhões de contos a que se preveem a menos não forem repartidos ou compensados.

O Aumento, segundo foi dito na reunião tida pelo Município, disti ano não chega sequer para pagar os I.V.A(s) previsto para adjudicação das obras.

O Presidente da Câmara informou entretanto a Assembleia da chegada dum Fax no dia anterior provindo da A.X.M.P. aconselhando a uma tomada de posição por parte de todas as Orgãos, Autárquicos de cada concelho no dia vinte e quatro de Fevereiro pelas oito horas e trinta minutos promovendo uma reunião onde serão abordados os problemas sobre o F.E.F. e tomada uma posição conjunta. O Autocarro será facultado para a viagem das autarcas. —

Fazou-se a discussão, do ponto um da Ordem de trabalhos: O Deputado José Ferreira expôs as alterações derivadas da redacção dada pela lei vinti e oito de Março nouanta e um de Março

21/02/92

de junho. Posto á votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes a proposta de Alterações do Regimento.

No ponto dois procedeu-se á eleição por voto secreto do Presidente da Junta da Freguesia e do Suplente que representaria o Municipio no sétimo Congresso da A.N.M.P. a realizar no Funchal. Por voto secreto foi eleito com nove votos o Senhor Manuel Rodrigues, Presidente da Junta da Cunhaia, contendo oito votos da Infarmed Pimenta que ficou como suplente.

No ponto três comentou por intervir o deputado José Alonso chamando a atenção para o facto de não serem uniformes as percentagens do documento na tabela de taxas e licença agora proposta pela Câmara, dando como prova alguns exemplos. — O deputado José Ferreira fez diversas questões em relação à tabela proposta. Analisando-a ponto por ponto detectou e reuniu inúmeras inconveniências e imprecisões que a serem votadas caso a caso tornariam esta sessão demasiado longa. Propôs, pois que se formasse uma comissão que recolhidas as diversas propostas, elaborasse uma tabela para ser posteriormente votada na Assembleia. A proposta foi aprovada por unanimidade fazendo parte da comissão os deputados Valério, Peatis e José Ferreira e ainda o vereador Joaquim Sequira como representante da Câmara.

Em relação aos pontos quatro, cinco e seis foi proposto pela mesa que a comissão já nomeada se abrigasse também sobre os documentos, em discussão nos referidos pontos de modo a facilitar mais fácil uma futura aprovação pela Assembleia. Votada esta proposta foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.

21/02/92

Passou-se, pois, à discussão do Ponto sete. Interviu o Senhor Presidente da Câmara para informar que a estrada que a Câmara delidiu aditar transferida da rede rodoviária nacional para a Administração local era a número trezentos e sessenta e nove entre a Estação da Ilhaçu e o Papa-Liti.

Segundo disse isso seria benéfico, pois o arranjo da mesma seria subsidiada em cinqüenta por cento pelo FEDER sendo os restantes cinqüenta por cento financiados pela JAE e pela Autarquia. Referiu um ofício da C.C.R. sugerindo a candidatura da Câmara, pois várias Câmaras são já candidatas e o PRODAC pode entretanto esgotar a Plenário prevista. Em sua opinião pensa que deve ser aproveitada esta possibilidade, também porque a IC tem prevista já melhoria substancialmente as ligações de Alter, tendo a Câmara recomendado já o projeto.

A Presidente da Mesa informou da consulta feita a este propósito junto da A.N.M.P. tendo sido informada que não se recomenda a candidatura das Câmaras a estas tentativas de transferir as Estradas para Autarquias sem que esteja estipulado como e em que moldes será subsidiada a sua manutenção. Em referência ao PRODAC, disse, de acordo com documentos que mostrou, não estar prevista ainda a feitura da IC tecle.

O deputado José Ferreira no uso da palavra, disse que para já não está prevista no Orçamento para momento e dois qualquer despesa para este fim. Além disso e como está discussão da Câmara fala todas as recomendações da A.N.M.P. pergunta que força pode ter a Associação na negociação destas e de outros problemas quando são os próprios associados a mostrarem menos firmeza contrariando

21/02/92

posições colectivas. Disse ainda que o Estado das Estradas não está em causa, mas sim a sua manutenção pois de acordo com a lei as mesmas são entregues com um novo tapete.

O Presidente da Câmara disse estar de acordo que apenas as IC(s), IP(s) e AF(s) ficarão sob administração central. Perante a imposição de ter que receber as estradas arranjadas ou não prevee receber-las arranjadas não suportando o risco de ter estradas com buracos tapados junto de estradas novas.

O deputado Geralda pediu a palavra lembrando as grandes dificuldades financeiras da Câmara e que a maior parte do endividamento, se deve também à construção e manutenção das estradas municipais já existentes como facilmente se consta nas contas de gerência anualmente aprovadas.

Disse ainda que, tal como vem sucedendo ao longo de vários anos o Plano de Actividades só aponta um enumeração de obras que quase nunca se fazem porque as prioridades acabam sempre por ser impostas pela força da C.E. ou de outros quaisquer interesses. Por causa disso, disse, estamos hoje a ter dificuldades de abastecimento de água, pois um determinada altura, pensou a Câmara que seria prioritária a construção de uma ETAR em detrimento da Barragem do Zambujeiro. Esta agora provado pela falta de água tal como fora previsto nesta Assembleia, nesses anos, que o contrário é que era verdade. Disse ainda que não estão previstas no horizonte sondícios para a melhoria das condições financeiras das câmaras, pois o governo continua a transferir competências e a retirar muitos jinhuiros. A ser aprovado este orçamento as câmaras ficarão ainda mais asfixiadas não lhe parecendo correcto estarem a contradizer as recomendações da A.N.M.P.

28/02/92

X retirando-lhe a força que tanto precisa, agora, para a discussão desse problema.

Exgotada a discussão foi posto à votação a proposta da Câmara de classificação da Estrada dos Juntos e sessenta e nou. Da votação resultaram oito votos a favor e oito votos contra. A proposta foi no entanto rejeitada pois a Presidente fez funcionar o seu voto de qualidade. —

O Presidente da Câmara sugeriu então que se votasse apenas a classificação da Estrada entre os Kilómetros dezanove ao Kilómetro vinte e sete vírgula dois sete cinco, devido aos inúmeros agravios praticados para essa parte da Estrada. A Presidente da Mesa achou por bem remeter essa discussão para uma próxima reunião. —

Xada mais havendo a tentar deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou acta que a Mesa passa a assinar:

~~João Correia Fontenelle~~
~~JCF~~

Aos vinti e oito do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e dois horas deu-se inicio à primeira sessão extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

Primeiro - Análise e votação do pedido de autorização para construção do paredão —

Segundo - Aquisição dos restantes terrenos para a implementação da Barragem hidrogeográfica.

Foi feita a chamada constatou-se a existência de quórum. Foi lida a acta da sessão anterior que, votada, foi aprovada por maioria com duas abstenções.

A Presidente da Mesa passou a dar informações da última sessão da Assembleia Distrital salientando a aprovação de duas moções: uma sobre o